



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



PROJETO DE LEI Nº 2108/2020

Declara as feiras livres do Estado da Paraíba como patrimônio histórico cultural imaterial, institui o Dia Estadual do Feirante e determina outras providências.

Exara-se parecer pela
CONSTITUCIONALIDADE da
matéria, com apresentação de EMENDA
SUPRESSIVA.

CONSTITUCIONALIDADE – São reservadas ao Estado as competências que não sejam vedadas pela Constituição Federal, competindo ao Estado legislar privativa e concorrentemente com a União sobre proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, paisagístico e urbanístico. art. 7º, §2º, VII da CF.

EMENDASUPRESSIVA - para retirar da proposta às menções ao Dia Estadual do Feirante, contidas na ementa e no art. 3º, visto que tal previsão já se encontra em vigor no ordenamento jurídico estadual através da Lei nº 8.565, de 10 de junho de 2008.

AUTOR (A): DEP. TOVAR CORREIA LIMA

RELATOR (A): DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO

P A R E C E R Nº 201 /2021

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 2108/2020**, de autoria do ilustre Deputado Tovar Correia Lima, que “Declara as feiras livres do Estado da Paraíba como



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



patrimônio histórico cultural imaterial, institui o Dia Estadual do Feirante e determina outras providências”.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise tem por finalidade reconhecer como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Paraíba as feiras livres, entendendo-se como tal àquelas que comercializem produtos hortifrutigranjeiros, peixes, carnes, pastéis, artigos artesanais, regionais, antiguidades, objetos de arte e afins, desde que reconhecidas e regulamentadas pelo Poder Executivo dos municípios paraibanos em que instaladas.

O art. 2º da proposta estabelece que como patrimônio histórico cultural imaterial do Estado da Paraíba, as feiras livres devem ser preservadas, devendo as decisões relacionadas às modificações de organização, horário e local das feiras livres dependerão de prévia anuência dos feirantes e dos moradores do local.

Continuando, o art. 3º institui o Dia Estadual do Feirante, a ser comemorado anualmente na data de 25 de agosto.

Já o art. 4º prevê que as despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



O autor, em sua justificativa destaca que: *“As feiras livres surgiram em nosso país há mais de três séculos e constituem uma das mais importantes manifestações culturais urbanas, que se mantêm, tanto nas pequenas como nas grandes cidades, apesar do crescente avanço do desenvolvimento do comércio. O que faz as feiras livres, enquanto fenômeno cultural tradicional, sobreviverem ao tempo e às investidas da modernidade é justamente a relação humana existente nesse ramo comercial. Com certeza ela faz parte da memória afetiva de grande parte dos paraibanos.”*

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, nos termos do art. 31, I, do Regimento Interno dessa Casa.

No que tange à competência legislativa constitucionalmente conferida aos entes federativos, vê-se que a competência para legislar acerca da matéria tratada na proposição é de natureza concorrente entre Estados e União, conforme o disposto no art. 7º, § 2º, VII, da Constituição Estadual:

Art. 7º São reservadas ao Estado as competências que não sejam vedadas pela Constituição Federal.

[...]

§2º Compete ao Estado legislar privativa e concorrentemente com a União sobre:

[...]

VII – proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, paisagístico e urbanístico.

A Constituição Federal tratou desta temática de maneira bastante inovadora, ao consagrar uma concepção de patrimônio histórico mais abrangente,



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



de forma a compreender os bens culturais de maneira associada aos valores neles investidos e o que representam. Vejamos o teor do art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desse modo, tendo em vista a adequação do presente projeto às regras de competência e aos trâmites legislativos, faz-se necessário reconhecer a sua constitucionalidade.

No que se refere à regimentalidade, faz-se necessária a apresentação de uma **EMENDA SUPRESSIVA**, com fulcro no art. 118, para retirar da proposta às menções ao Dia Estadual do Feirante, contidas na **ementa** e no **art. 3º**, visto que se encontra em vigor no ordenamento jurídico estadual a **Lei nº 8.565, de 10 de junho de 2008**, que *“Dispõe sobre o dia do Feirante e dá outras providências”*.

Nesse contexto, corrigido o vício acima exposto, entendo que a propositura é constitucional e juridicamente perfeita, estando de acordo com a legislação federal e com as regras constitucionais de competência legislativa, não havendo, portanto, nenhum empecilho de ordem legal que justifique a rejeição da proposta.

Diante do exposto, atendendo ao propósito constitucional de proteção do patrimônio histórico estadual, inclusive por meio da atividade legiferante do



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Estado, demonstrada na apresentação de projetos como o ora discutido, esta relatoria está convencida **CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 2108/2020, com apresentação de EMENDA SUPRESSIVA.**

É como voto.

Sala das Comissões, 01 de março de 2021.


Dep. Delegado Wallber Virgolino
Relator



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III– PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por unanimidade dos membros presentes, é pela **CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei nº 2108/2020, com apresentação de EMENDA SUPRESSIVA**, nos termos do Voto do Relator.

É o parecer.

Sala das Comissões, 01 de março de 2021.


DEP. RICARDO BARBOSA
PRESIDENTE


JÚNIOR ARAÚJO
- Deputado Estadual -


Dep. Jutay Meneses
Membro


HERVAZIO BEZERRA
Deputado Estadual


DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO
Membro

DEP. EDMILSON SOARES
MEMBRO


DEP. ANDERSON MONTEIRO
Membro



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



EMENDA Nº 01/20 AO PROJETO DE LEI Nº 2108/2020

Art. 1º Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2108/2020 a seguinte redação:

Declara as feiras livres como patrimônio histórico cultural imaterial do Estado da Paraíba.

Art. 2º Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 2108/2020 que dispõe:

Artigo 3º - Fica instituído o Dia Estadual do Feirante, a ser comemorado anualmente na data de 25 de Agosto.
Parágrafo único - Na semana em que recair o dia 25 de agosto, o Governo do Estado da Paraíba poderá promover ações de incentivo e homenagens aos feirantes.

Art. 3º Renumere-se os artigos subsequentes.

JUSTIFICATIVA

A **EMENDA SUPRESSIVA** apresentada dá-se, com fulcro no art. 118, para retirar da proposta às menções ao Dia Estadual do Feirante, contidas na **ementa** e no **art. 3º**, visto que tal previsão já se encontra em vigor no ordenamento jurídico estadual através da **Lei nº 8.565, de 10 de junho de 2008**, que *“Dispõe sobre o dia do Feirante e dá outras providências”*.


Dep. Delegado Wallber Virgolino
Relator